



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I do Edital

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de microcomputadores para atendimento de demanda para uso ordinário do TRE/MS com necessidades específicas para a Assessoria de comunicação, Seção de Serviços Administrativos/Cabine de Som do Plenário e Coordenadoria de Engenharia/SMP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Intervalo mínimo entre lances
1	Microcomputadores	471901	KIT	18	R\$ 34.940,58	R\$ 628.930,44	R\$ 10,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 628.930,44	

1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

1.3. O(s) item(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

As especificações do item consistem em:

2.1. Item 1 - Microcomputadores:

- Processadores do tipo "High End" que tenham CPU Benchmark com pontuação maior ou igual 52136 (listagem de processadores disponível em https://www.cpubenchmark.net/high_end_cpus.html), **sendo aceita uma margem de tolerância de no máximo 5% do valor definido**.
 - O processador deverá ter a tecnologia vPRO, pois o TRE-MS utiliza o Intel Endpoint Management Assistant (EMA) como forma de gerenciamento centralizado e é a única tecnologia totalmente compatível.

- BIOS, versão entregue e posteriores atualizações, deverá ser totalmente compatível com a tecnologia vPRO e o Intel Endpoint Management Assistant (EMA)
- Não serão aceitos processadores descontinuados;
- Não serão aceitos processadores que não tenham suporte ao vPRO;
- BIOS: tipo flash memory, utilizando memória não volátil e reprogramável; Interface Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) compatível com Inicialização Segura. O fabricante do equipamento deverá constar na lista UEFI (<https://uefi.org/members>) na categoria **"PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS"**; Com suporte ao padrão ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0 ou superior; Com suporte às tecnologias S.M.A.R.T. (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e AHCI (Advanced Host Controller Interface); Deve conter as seguintes informações: Marca, Modelo do Equipamento, número de série e um campo editável que permita inserir uma identificação customizada, como número de patrimônio. Software embarcado no BIOS com Funções de diagnóstico de problemas, e gerenciamento com as seguintes características: Permitir o teste do equipamento, com independência do sistema operacional instalado, o software de diagnóstico deve ser capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI (Unified /Extensible Firmware Interface) ou do Firmware do equipamento através do acionamento de tecla função (Fn); O software de diagnóstico deverá ser capaz de informar, através de tela gráfica: O fabricante e modelo do equipamento, processador, memória RAM, firmware do equipamento e capacidade do disco rígido;
 - A solicitação referente à conformidade com o padrão UEFI (Interface de Firmware Extensível Unificada) se deve à necessidade de diminuir superfícies de ciberataques, buscando garantir recursos de interação entre o sistema operacional e os firmwares dos dispositivos integrantes o mais seguros possível aprimoramento da camada de software de inicialização, garantindo um ambiente estável e seguro para os sistemas computacionais.
 - Além disso é de importância crucial da segurança nos processos eleitorais. A exigência de UEFI exclusivamente **nas categorias PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS** para os computadores destinados a futuros pleitos eleitorais visa garantir um nível mais elevado de proteção e garantia de continuidade de suporte e atualizações, pois as demais categorias da UEFI podem sair do grupo a qualquer momento o que impactaria diretamente suporte e atualizações. Ao demandar esse padrão específico, esta unidade técnica busca adquirir equipamentos provenientes de fabricantes diretamente envolvidos no desenvolvimento e na correção de vulnerabilidades do UEFI. Essa abordagem se torna essencial para assegurar não apenas a integridade, mas também a agilidade na resposta a possíveis ameaças, fortalecendo, assim, a confiabilidade e a segurança dos sistemas eleitorais.
 - A referida exigência não deixa de atentar aos aspectos da economicidade e competitividade preconizados em pregões públicos, a exigência em questão não se configura como restritiva ou limitadora. No contexto brasileiro, diversas empresas mantêm parcerias com os fabricantes de equipamentos de TI, classificadas no grupo **"PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS"** do padrão UEFI. Essa informação é de conhecimento difundido e pode ser prontamente verificada por meio de pesquisa nos sites dos fabricantes de computadores. Isso evidencia que a exigência não direciona nem restringe a presente licitação para marcas ou produtos específicos. "
- Equipamento deve ser compatível com Windows 11 Pro;
- 32 GB RAM DDR5 4.400Mhz SDRAM ECC, no mínimo, com possibilidade de expansão até 128GB;
- 500 GB SSD M.2 NVME PCIe, no mínimo;
- 1TB de HDD, SATA III 6GB/s 7200 RPM, no mínimo.
- Adaptador de vídeo offboard do tipo "High End" que tenham Video Card Benchmark com pontuação maior ou igual 15000 (listagem de adaptadores de

video disponível em https://www.videocardbenchmark.net/high_end_gpus.html), **sendo aceita uma margem de tolerância de no máximo 5% do valor definido.**

- 16 GB de memória GDDR6, no mínimo;
- Largura de banda da memória de até 224 GB/s;
- Possuir 04 saídas de vídeo, no mínimo, mini-DisplayPort ou DisplayPort.
- 02 (dois) Monitores 27" com resolução mínima 4k 3840 x 2160 a 60 Hz, mínimo 26,8" e máximo 27,5"
 - Painel com tecnologia IPS
 - Tamanho mínimo da tela 27" polegadas
 - Resolução mínima 4k 3840 x 2160 a 60 Hz
 - Cobertura de cores: 99% Adobe RGB e 99% sRGB
 - Brilho mínimo da tela 300 cd/m²
 - Monitores deverão vir com cabos compatíveis para ligação com o adaptador de vídeo offboard;
 - Monitores deverão ter: fonte interna, regulagem de altura, ajuste de inclinação, ajuste de rotação 90º ;
- 02 (duas) Saídas de vídeo, no mínimo, saída de vídeo para monitor em porta DisplayPort
- 04 (quatro) portas frontal USB Tipo-A + 01 USB Tipo C, 04 (quatro) portas traseira USB Tipo-A, no mínimo;
- Deve possuir a tecnologia TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0 ou superior;
- Teclado USB padrão PT-BR ABNT 2 , com bloco numérico separado das demais teclas;
- Mouse ótico USB;
- WIFI : 2x2 AX e Wifi 2.4GHZ e 5GHZ, Bluetooth Bluetooth® 5.3;
- Interface de rede gigabit ethernet RJ-45;
- Gabinete, monitor, mouse e teclado com variação de cor preta;
- Alto-falantes estéreo, interno;
- Entrada frontal para fone de ouvido e microfone;
- Interface de rede gigabit ethernet;
- Fonte de alimentação com chaveamento automático 110/220v, deverá possuir no mínimo 90% de eficiência energética, deverá suportar a máxima configuração e o uso simultâneo de todos os slots e dispositivos, deverá possuir qualificação "80 PLUS Platinum", deve acompanhar cabo de alimentação elétrica com plugue no novo padrão brasileiro;
- Softwares: Windows 11 Pro 64 bits pt-Br com licença integrada na placa-mãe do microcomputador;
- WEBCAM COM CAPTAÇÃO DE IMAGEM E ÁUDIO (microfone integrado), com as seguintes características mínimas:
 - Captação de imagem e áudio simultâneos para que o fone de ouvido seja usado no computador;
 - Resolução mínima, de pelo menos: 1080p 30fps
 - Megapixels da câmera: 2MP, no mínimo;
 - Microfone integrado: Mono, com alcance de até 1 m;

- Campo de visão (CDV) diagonal: 90°;
 - Clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD;
 - Compatível com Windows 11 ou superior;
 - Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Google Meet, Microsoft Teams;
 - Compatível com Porta USB-A ou USB-C e vir com cabo anexo de 1,5 m, no mínimo;
 - Cor preto.
 - Garantia mínima de 01 ano do fabricante.
- Fone de Ouvido com Microfone (Headset), com as seguintes características mínimas
 - Supra-auricular;
 - Peso: Aproximadamente 110 g - 137 g;
 - Tamanho do Alto-falante: 27 mm - 32 mm;
 - Áudio saída: alcance de Frequência: 20 Hz – 20 kHz;
 - Áudio entrada com cancelamento de Ruído (Microfone);
 - Conectividade: Tipo de conexão com o PC: USB-A com fio, comprimento do Cabo: 1,75 m a 2,00m;
 - Compatível com Windows 11 ou superior, Linux e Mac OS;
 - Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Google Meet, Microsoft Teams;
 - Cor preto;
 - Garantia mínima de 02 anos do fabricante.
 - Gravação a laser do brasão do TRE-MS (~06cm x 06cm) no monitor e gabinete.
 - GARANTIA computadores e monitores deverão possuir garantia de 5 (cinco) anos ON-SITE, no mínimo. A Webcam deverá possuir garantia de 01 ano on site, no mínimo. O Headset deverá possuir garantia de 02 anos on site, no mínimo.

2.2 - GARANTIA esta descrita nos itens 2.1

2.3. Regras gerais

2.3.1 O atendimento deverá ser prestado na Seção de Gestão de Ativos de TI (SGA)/Anexo do TRE-MS, no endereço: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 - Parque dos Poderes - CEP: 79037-106 - Campo Grande - MS, em dias úteis, no horário das 12 às 18h. Poderá ser informado outro endereço na cidade de Campo Grande - MS.

2.3.2 Deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo o fornecimento e a troca de peças, abrangendo todo o período de garantia, bem como a eventual substituição de equipamentos, reparos e correções necessárias, sem qualquer ônus para o TRE-MS.

2.3.3 A fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico, e-mail e/ou site na Internet para suporte técnico e abertura de chamados técnicos.

2.3.4 Todos os drivers dos equipamentos deverão estar disponíveis para download no site do fabricante durante todo o período de vigência da garantia.

2.3.5 O licitante deverá apresentar documentos comprobatórios de que o produto ofertado possui a garantia exigida e indicar a(s) assistência(s) técnica(s) autorizada, na cidade da sede do contratante, no caso do TRE-MS, que irá prestar o serviço de garantia do produto. O atendimento deverá ser realizado (considerando a abertura do chamado até a resolução do problema) em até 03 (três) dias úteis (os equipamentos são essenciais e imediatamente incorporados aos serviços críticos do Tribunal, gerando prejuízo operacional e financeiro significativo em caso de paralisação maior que o prazo supracitado);

2.3.6 O fabricante deverá ter web site que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;

2.3.7 A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação;

2.3.8 Não serão aceitas adaptações no equipamento: adição de componentes pela contratada. Deverá ser comprovado através de declaração do fabricante que todo equipamento será integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência e garantia total do equipamento pelo fabricante;

2.3.9 Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos da fase de avaliação e/ou homologação.

2.3.9.1 Tal exigência justifica-se, pois equipamentos idênticos fornecidos apenas por uma empresa facilita o processo de aceite, distribuição, gestão e fiscalização do objeto e por, consequência, gera economicidade na gestão dos mesmos.

2.3.9.2 Desse modo, auxilia na solução de problemas, aplicação de atualizações (p.e., patches, firmware, bios), além de ter um ponto único de contato para abertura de chamados. O repasse de informações (treinamentos de terceirizados e estagiários, documentação técnica, etc.) também é facilitado.

2.3.9.3 Além disso, se torna benéfica após o término da garantia, pois um equipamento poderá trocar as peças com outro, podendo ser retirado do equipamento responsável por sistemas menos críticos até a aquisição do componente que apresentou falha.

2.3.10 Poderá ser exigido a apresentação de prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como tela, saídas de vídeo e acessórios necessários ao funcionamento conforme exigido, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifique e comprovem as configurações cotadas, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.

2.3.11 Os equipamentos deverão ser novos e em linha de produção (não descontinuados)

2.3.12 Emissão da nota fiscal: No caso das notas fiscais, cada item da licitação deve constar em uma única nota, podendo os periféricos estar destacados com os valores individualizados, desde que o valor do item adquirido esteja de acordo com o valor licitado.

2.3.12.1 Tal exigência visa a necessária compatibilização com o sistema de

2.3.13 Consórcio: Tendo em vista o valor da contratação, a complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

2.3.14 Indicação de marca modelo: para esta contratação não haverá exigência de marca específica.

2.3.15 Garantia: Não haverá exigência de garantia dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.15.1. A garantia dos produtos não se confunde com aquela citada na cláusula 2.5.15. A garantia dos produtos está descrita nas especificações de cada item.

2.3.16 Sustentabilidade - O microcomputador de marca e modelo ofertado, deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto à não utilização de substâncias nocivas ao Ambiente.

2.3.16.1 A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência

2.3.17 Justificativa das especificações UEFI (item 01):

2.3.17.1 A solicitação referente à conformidade com o padrão UEFI (Interface de Firmware Extensível Unificada) se deve à necessidade de diminuir superfícies de ciberataques, buscando garantir recursos de interação entre o sistema operacional e os firmwares dos dispositivos integrantes o mais seguros possível aprimoramento da camada de software de inicialização, garantindo um ambiente estável e seguro para os sistemas computacionais.

2.3.17.2. Além disso é de importância crucial da segurança nos processos eleitorais. A exigência de UEFI exclusivamente nas categorias PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS para os computadores destinados a futuros pleitos eleitorais visa garantir um nível mais elevado de proteção e garantia de continuidade de suporte e atualizações, pois as demais categorias da UEFI podem sair do grupo a qualquer momento o que impactaria diretamente suporte e atualizações. Ao demandar esse padrão específico, esta unidade técnica busca adquirir equipamentos provenientes de fabricantes diretamente envolvidos no desenvolvimento e na correção de vulnerabilidades do UEFI. Essa abordagem se torna essencial para assegurar não apenas a integridade, mas também a agilidade na resposta a possíveis ameaças, fortalecendo, assim, a confiabilidade e a segurança dos sistemas eleitorais.

2.3.17.3 A referida exigência não deixa de atentar aos aspectos da economicidade e competitividade preconizados em pregões públicos, a exigência em questão não se configura como restritiva ou limitadora. No contexto brasileiro, diversas empresas mantêm parcerias com os fabricantes de equipamentos de TI, classificadas no grupo "PROMOTERS, CONTRIBUTORS ou ADOPTERS" do padrão UEFI. Essa informação é de conhecimento difundido e pode ser prontamente verificada por meio de pesquisa nos sites dos fabricantes de computadores. Isso evidencia que a exigência não direciona nem restringe a presente licitação para marcas ou produtos específicos. "

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Atender necessidades ordinárias do TRE-MS. A garantia dos microcomputadores do parque computacional do TRE-MS (sede, anexo) encerrou em janeiro 2024. A vida útil de um microcomputador, por padrão, são de 5 (cinco) anos. Nesse caso, a garantia encerrou no final da vida útil do equipamento. As peças começarão a danificar e não teremos mais garantia para substituí-las, nem equipamentos em estoque para repor.

3.2. Dessa forma, torna-se necessário contratar uma empresa para fornecer o item.

3.3. O OBJETIVO a ser alcançado por meio da contratação é a melhoria da qualidade do atendimento dos usuários de TIC do TRE-MS.

3.4. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são: Espera-se obter número suficiente de microcomputadores para atendimento das demandas ordinárias do TRE/MS.

3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual **2025**, conforme Processo SEI 0001194-78.2025.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3.6. NATUREZA DO OBJETO: Trata-se de Aquisição de Materiais Comuns de Tecnologia da Informação, submetendo-se à resolução CNJ 468/2022.

3.7. PARCELAMENTO DO OBJETO: Registra-se que não haverá parcelamento, por não ser técnica e economicamente viável. A aplicação do inciso II do art. 47 da LC 123/2006 (cota exclusiva para ME/EPP) não se mostra viável pois, equipamentos idênticos fornecidos apenas por uma única empresa facilita o processo de aceite, distribuição, gestão e fiscalização do objeto e, conseqüentemente, economicidade na gestão dos mesmos. Sendo assim, cada objeto da contratação, consta de um único item no Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Legais

4.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.2. Requisitos Temporais

4.2.1. A entrega dos itens deve ser de no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

4.2.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.3. Requisitos de Experiência Profissional

4.3.1. Os serviços, de manutenção em garantia, deverão ser prestados por técnicos / analistas devidamente capacitados;

4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução do serviço de manutenção em garantia dever ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.4.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. A contratação deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;

b) Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;

c) Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.

d) As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.

e) A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.5.2. O microcomputador de marca e modelo ofertado, **deverão ser compatíveis com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, quanto à não utilização de substâncias nocivas ao ambiente.

4.5.2.1 A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência;

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Requisitar o fornecimento dos materiais , na forma prevista neste Termo de Referência
- b) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- c) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- e) receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- f) Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- g) Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- h) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- i) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- j) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- k) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- l) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- m) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações da CONTRATADA

- a) Realizar o fornecimento do material decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência;

- b) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do objeto. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros
- c) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- d) manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- e) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- f) Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega do material, na forma disposta neste Termo de Referência.
- g) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- h) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
- i) Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contato com a fiscalização para disponibilização da solução da contratada deverá ocorrer no horário das 12:00h as 18:00h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107- 7126/ 2107-7103 (Ramon Rodrigues ou Márcio Naka).

6.1.1. O PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA é **30 (dias) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.2. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.3. O prazo de garantia contratual dos equipamentos esta estabelecido neste Termo de Referência, no capítulo 2.

6.4. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o

cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.5.3. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.5.5. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6. Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.1. Atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.2. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.3. formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.5.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

7.6.5.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da CONTRATADA.

7.6.5.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.5.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, bem como as supressões que se fizerem necessárias, qualquer que seja o percentual a ser suprimido, implicando a simples participação no certame na anuência da empresa quanto a essas condições.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais, na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

8.1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.

8.1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 / (67) 2107-7080.

8.2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta) dias**, contados à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento do contrato/nota de empenho.

8.2.1. Caso a Nota de Empenho seja encaminhada através de serviço postal, fax ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

8.2.2 Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

8.3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/instalação, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

8.3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

8.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

8.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

8.6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:

8.6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

8.6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Seção de Gerencia de Ativos (SGA)

do TRE-MS.

8.7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8.7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

8.9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes de funcionamento dos equipamentos;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 8.3 a 8.5

8.11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

8.12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

8.13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

8.13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

8.14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo 2 deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos equipamentos.

8.15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do equipamento/produto, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

8.15.1 A contratada deverá comprovar, no momento de análise das propostas, que há assistência técnica do fabricante do equipamento/produto em Campo Grande MS.

8.16. Durante o período de garantia, a assistência técnica autorizada, prestará serviços de assistência técnica ao equipamento, sem nenhum ônus ao TRE/MS.

8.16.1 A obrigatoriedade da assistência técnica em Campo Grande se deve ao alto

custo do envio dos equipamentos a outra municipalidade em caso de defeito.

8.17. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.18. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

9.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

9.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

9.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

9.5. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.5.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.5.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. PRAZO DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela CONTRATADA.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

10.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

11.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

11.3. Será aplicada margem de preferência na presente contratação. Em vista do valor, a contratação terá tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da lei Complementar nº 123, de 2006.

11.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

11.5. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a **marca/modelo do produto ofertado**.

11.5.1. Caso não seja informada a marca/modelo do produto na proposta eletrônica e sendo tal informação necessária para análise da proposta, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações necessárias.

11.5.2. Caso seja necessário para análise do equipamento ofertado, o Pregoeiro poderá convocar a empresa para que indique sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado, ou ainda, convocar para que envie **catálogo ou folder do produto que contenha as características do produto ofertado**;

11.5.3. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

11.5.4. A convocação para indicação de marca/modelo e/ou para envio de informações (site/catálogo/folder, etc) **será de 2 (duas) horas, IMPRORROGÁVEL**.

11.6. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

11.6.1. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

12. DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1. Será dado tratamento favorecido, conforme previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

13.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

13.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

13.4. Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 628.930,44 (seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

15.2. A contratação do **TRE/MS** será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de MS/Secretaria de Tecnologia da Informação;

II) Fonte de Recursos: : 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

IV) Elemento de Despesa: 44.90.52.41 – EQUIPAMENTOS DE TIC – COMPUTADORES;

15.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes,

mediante apostilamento.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

16.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial da contratação sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

16.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **1%** (um por cento), sobre o valor total da contratação referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, no **encaminhamento de amostra ou na entrega do material**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de extinção;
- b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- d) de até **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência não especificadas neste item**;
- e) de **30%** (trinta por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

16.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

16.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

16.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 16.3.2 e 16.3.3 abaixo;

16.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

16.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

16.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

16.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

16.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

16.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

16.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total da contratação;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando o contratado:

- a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 16.4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

16.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS

16.6. A aplicação das **sanções previstas neste capítulo** serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

16.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 16.5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo

responsável.

16.12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 16.3.7.

16.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Campo Grande, MS.

Ulysses Almeida Neto
Integrante Demandante

Márcio Naka
Integrante Técnico

Erika Murackami
Integrante Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI, Técnico Judiciário**, em 28/05/2026, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2045811** e o código CRC **276D3B9D**.

0001604-73.2024.6.12.8000

2045811v3